



Francisco Simões
Investigador Auxiliar ISCTE

Enquanto decorre o divórcio

Há poucas experiências humanas tão burocraticamente românticas como um divórcio. Começa quase sempre com promessas eternas e termina com um Excel emocional onde se dividem móveis, amigos e, se necessário, o comando da televisão. Pelo caminho, descobre-se que a fórmula “até que a morte nos separe” afinal incluía cláusulas em letra pequena. Em Portugal o fenómeno não é propriamente raro. Em 2024 registaram-se mais de 15 mil divórcios, com uma taxa de cerca de 1,5 por mil habitantes. Não se tratando de um apocalipse conjugal que alguns alarmistas anunciam, também não é exatamente uma realidade que possa ser ignorada. O casamento continua a ser uma instituição respeitada, sobretudo pelos advogados.

Os problemas do divórcio não se limitam ao casal. As suas ramificações são múltiplas. Quem fica com a casa? Quem fica com o cão? E, mais importante, quem fica com a máquina de café que ambos juraram comprado individualmente? A justi-

ça, como se sabe, é cega, mas não deixa de ter um ligeiro interesse por contratos pré-nupciais bem redigidos. Depois há o impacto social. Os amigos comuns entram numa espécie de Guerra Fria afetiva, feita de jantares duplicados, festas de anos com logística digna de operações militares e aquela inevitável pergunta: Mas afinal, de que lado estás? É uma questão a que ninguém quer responder. Os conhecidos, por sua vez, adotam uma postura de comentadores televisivos: analisam, especulam e, em casos mais extremos, torcem discretamente por um final dramático. A família, essa, oscila entre o apoio e o “eu bem te disse”. Os pais tornam-se conselheiros de ocasião, os irmãos especialistas em direito matrimonial e as avós, essas, limitam-se a lamentar que, no seu tempo, isto não acontecia, ignorando convenientemente que nessa altura isto acontecia, só que em silêncio. Acrescem a tudo isto os custos invisíveis, uma conta que inclui desgaste, a reorganização da vida e a estranha sensação de dividir até as memórias. Ao contrário dos bens materiais, nin-

guém sabe muito bem quem fica com as férias em 2012 ou com aquela piada que passou a não fazer sentido.

Tudo isto seria apenas mais uma história da vida privada, não fosse o facto de o divórcio ter uma característica essencial: a instabilidade. Nada funciona bem enquanto tudo está em renegociação permanente. Cada decisão é provisória, cada acordo é frágil, cada conversa pode transformar-se num pequeno conflito diplomático.

A atual coligação governativa parece ter interiorizado o espírito de rutura, enquanto se aguarda pelo averbamento.

Tal como na vida conjugal, na vida política os divórcios são difíceis e têm muitos custos. A atual coligação governativa parece ter interiorizado o espírito de rutura, enquanto se aguarda pelo averba-

mento. Vive-se numa espécie de separação litigiosa permanente, onde os parceiros continuam juntos por obrigação aritmética, enquanto discutem quem deve ficar com os louros do que possa ter corrido bem. Aliás, essa discussão pública sobre quem ficará com a máquina de café das políticas públicas já começou, é bastante tonta e só vai piorar. Tal como num casal em processo de divórcio, há tensão, desconfiança e, sobretudo, uma dificuldade crónica em tomar decisões. Ora, se um divórcio já é complicado para duas pessoas, imagine-se o efeito quando aplicado a uma região confrontada com desafios estruturais sérios, desde as consequências da situação internacional vigente até às assimetrias demográficas.

Nos Açores, o problema não é haver divergências, porque isso em princípio é saudável. O problema é governar como quem ainda está a discutir a guarda partilhada do futuro. E, ao contrário de um casal, uma região inteira não pode simplesmente esperar que os cônjuges decidam seguir caminhos diferentes. ■

